



A Santa Sé

JOÃO PAULO II

**CARTA AO PRESIDENTE DO
MOVIMENTO MUNDIAL DOS TRABALHADORES CRISTÃOS
POR OCASIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL**

Ao Senhor

LAURENT KATAME

Presidente

do Movimento mundial

dos Trabalhadores Cristãos

1. No momento em que o Movimento mundial dos Trabalhadores cristãos está reunido em São Paulo para a sua Assembleia geral, dirijo-lhe, Senhor Presidente, e a todas as pessoas presentes, as minhas saudações cordiais, assegurando-vos a minha fervorosa oração. Desejo encorajar os participantes nesta Assembleia, e através deles os membros do Movimento, nos seus compromissos e responsabilidades de trabalhadores cristãos. Esta Assembleia constitui um intercâmbio importante para o conjunto do Movimento, oferecendo aos militantes a ocasião de haurir dela um novo dinamismo humano e cristão, a fim de oferecer a própria contribuição para enfrentar os desafios que se apresentam hoje ao mundo do trabalho.

No caminho do vosso Movimento, um lugar importante é dado à revisão de vida, a fim de dirigir um olhar evangélico para as pessoas e situações, a fim de permitir um empenhamento ainda mais autêntico ao serviço da liberdade e do respeito de todo o trabalhador, assim como da sua participação solidária na vida profissional. Esta pedagogia deve contribuir para estruturar a vida pessoal e colectiva. O seu ponto de partida é espiritual: com efeito, ele pressupõe uma relação profunda com Cristo que convida os seus discípulos a defender o homem e a arraigar toda a acção nos princípios morais e evangélicos fundamentais. Em particular, é oportuno que neste Ano jubilar, para consolidar melhor a sua missão ao serviço do Evangelho na sociedade, todo o trabalhador cristão possa então aproximar-se sempre mais de Cristo, redentor do homem e

Senhor da História, recebendo d'Ele as graças necessárias para a sua obra humana. Neste espírito, a participação na Eucaristia recorda a missão específica do homem no seio da criação remida; unida ao sacrifício de Cristo, a acção do homem assume a sua plena dimensão, uma vez que cada cristão é convidado a oferecer a Deus, como diz a oração do ofertório, o "fruto da terra e do trabalho humano", para receber do seu Salvador o pão da vida eterna.

2. Com o próprio trabalho, os homens têm a missão de construir um mundo justo e fraterno, onde os trabalhadores vejam reconhecidos o lugar e a dignidade a que têm direito. Ao cuidarem da criação, eles preservam e desenvolvem os bens da terra. Desse modo, o trabalho faz com que eles se voltem para Deus, do Qual prolongam a obra criadora (cf. Encíclica *Laborem exercens*, 25) e contribuem para a realização do plano divino na história (cf. *Gaudium et spes*, 34). O trabalho faz também com que o homem se volte para os próprios irmãos, mediante a prática do amor pelo próximo e a possibilidade, para o conjunto da sociedade, de beneficiar dos produtos do trabalho de cada um.

Para permitir que os trabalhadores sejam cada vez mais parte activa na vida profissional, é importante que o vosso movimento se preocupe, a diversos níveis, das suas estruturas, da formação espiritual, moral e intelectual dos seus membros, fornecendo-lhes assim os meios para redescobrirem o sentido e o valor do trabalho para a pessoa e a colectividade (cf. Encíclica *Centesimus annus*, 6; Encíclica *Laborem exercens*, 8), e dando-lhes também os instrumentos de reflexão e de análise e pontos de referência para a acção pessoal e colectiva. De igual modo, convém que cada um encontre o seu lugar específico nos âmbitos relacionais profissionais ou extraprofissionais, para poder participar de maneira activa na vida cívica. Com efeito, toda a pessoa é um elemento indispensável da vida da empresa e da sociedade, e deve estar consciente do seu papel ao serviço da colectividade.

Ainda que ocupe um lugar importante na sua vida, o trabalho não é tudo para o homem. Para um melhor equilíbrio dos indivíduos, é oportuno estar atento aos tempos de pausa, à vida pessoal e familiar, ao repouso dominical que permite dirigir-se a Deus, para ser capaz de viver de modo mais intenso todos os momentos da própria existência. Essa atenção evita situar-se unicamente no círculo da aquisição e do consumo desenfreado de bens, muitas vezes considerados como o motivo humano fundamental do trabalho, e centralizar diversamente a própria existência.

3. Vós estais plenamente conscientes das enormes transformações que conturbam hoje a economia e o mundo do trabalho, sob o impacto dos grandes progressos tecnológicos e das novas situações políticas e culturais. Ninguém, inclusive dirigentes de empresas, trabalhadores, responsáveis políticos ou agentes sociais, deve resignar-se a uma mundialização fundada unicamente sobre critérios económicos, nem sequer remeter-se à fatalidade de mecanismos cegos. Com todos os parceiros da vida social, no diálogo e na colaboração, os trabalhadores são chamados a empenhar-se por evitar os danos da mundialização e da tecnologia, que esmagam o homem. A nova conjuntura económica implica uma aplicação de novos instrumentos de análise e

de acção; sobretudo neste âmbito os organismos laicais devem contribuir para procurar respostas inspiradas pelos valores evangélicos.

4. Uma atenção particular deve ser dada aos jovens em busca de trabalho, aos desempregados, a quantos têm um salário insuficiente ou são privados de meios materiais; é essencial que todos se mobilizem a favor da inserção e da reinserção do conjunto da população em idade para realizar uma actividade profissional, e que as situações de pobreza e de miséria, que ofendem a dignidade, sejam vencidas por uma solidariedade cada vez mais activa. Hoje, com razão, está-se mais atento à tutela dos trabalhadores, que não devem ser submetidos a pressões desumanizadoras, a fim de serem respeitados a dignidade inalienável das pessoas e os direitos de cada um, sobretudo o direito a uma vida digna (cf. Leão XIII, *Rerum novarum*, 4 e 34), e também o justo desenvolvimento de um plano de carreira. Ao mesmo tempo, é oportuno considerar seriamente a questão das aposentadorias para todos os trabalhadores. Depois duma vida de trabalho, estes têm direito a uma aposentadoria decente (cf. Pio XI, Encíclica *Quadragesimo anno*, 81), que lhes permita viver e fazer viver quantos ainda dependem deles. Trata-se de uma expressão normal da solidariedade, da equidade e da justiça entre as gerações à qual a Igreja deseja chamar o conjunto dos nossos contemporâneos.

5. O Ano jubilar é particularmente oportuno para reflectir sobre novas formas de solidariedade política, económica e social em todos os níveis da sociedade. A cultura dos trabalhadores, apesar de todos os obstáculos, deve permanecer uma cultura solidária: na quotidianidade da vida de trabalho, nos bairros, entre os jovens. Mais do que nunca, é através da vossa caridade e do vosso sentido de justiça que essa solidariedade se poderá instaurar, consolidar e produzir fruto. O Ano jubilar é também um tempo favorável para analisar os desequilíbrios económicos e sociais que existem no mundo, no seio de todo o País e nas relações entre as Nações, restabelecendo uma justa hierarquia de valores, pondo no primeiro lugar a dignidade do homem e da mulher que trabalham, a sua liberdade, responsabilidade e necessária participação na vida da empresa. O Jubileu é ainda uma ocasião particularmente significativa para reflectir sobre os modos de estender a solidariedade às dimensões do mundo, sobretudo com os Países pobres, em particular com aqueles que estão esmagados pelo peso da sua dívida. Se a mundialização da economia e o desenvolvimento das novas tecnologias oferecem reais possibilidades de progresso, ao mesmo tempo multiplicam as situações de desemprego, de marginalização e de extrema precariedade no trabalho, dos quais as primeiras e principais vítimas são as mulheres que, nalguns Países onde reina a economia de subsistência, constituem um dos sustentáculos essenciais dessa economia. A solidariedade e a participação são as garantias morais para que as pessoas e os povos não sejam apenas instrumentos, mas se tornem também protagonistas do próprio futuro. É preciso, por isso, tender para uma "globalização da solidariedade" e uma mundialização sem marginalização de pessoas e povos. Um sinal concreto desta solidariedade deve ser dado através da anulação da dívida dos Países mais pobres, ou pelo menos uma sua redução significativa, garantindo, mediante a transparência da sociedade civil, que as reduções das dívidas, os empréstimos e os investimentos autorizados sejam utilizados para o bem comum,

e oferecendo ao mesmo tempo ajudas científicas e recursos humanos para acompanhar as transformações na economia local. Essa ajuda permitirá formar humana e tecnicamente pessoas autóctones, para uma verdadeira promoção dos trabalhadores e dos Países em vias de desenvolvimento e a fim de que a população destes Países cuide da própria economia. Neste âmbito, o vosso movimento, presente em todos os continentes, oferece um contributo particularmente precioso.

Ao pedir a São José que vos acompanhe nos vossos trabalhos, concedo-vos de todo o coração a Bênção Apostólica, que faço extensiva a todos os participantes na vossa Assembleia geral, ao conjunto dos Membros do *Movimento mundial dos Trabalhadores cristãos* e às suas famílias.

Vaticano, 7 de Maio de 2000.